



## PARTE A

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Gabinete do Presidente

##### Despacho n.º 25 945/2007

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, nomeio ajudante de campo o major de infantaria Pedro Miguel do Vale Cruz, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007 e em regime de comissão normal.

24 de Outubro de 2007. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

##### Despacho n.º 25 946/2007

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, exonero, a seu pedido, por ter sido promovido ao posto actual e colocado no exercício de outras funções de âmbito militar, o tenente-coronel de cavalaria José Miguel Moreira

Freire do cargo de ajudante de campo, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 2007.

24 de Outubro de 2007. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

#### Secretaria-Geral

##### Despacho (extracto) n.º 25 947/2007

Por meu despacho de 17 de Setembro de 2007 e com a anuência da secretária-geral do Ministério da Administração Interna, foi autorizada a transferência de Victor Manuel Monteiro Mendes, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, para exercer idênticas funções no quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

Esta transferência determina a exoneração do anterior lugar, com efeitos à mesma data.

23 de Outubro de 2007. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.



## PARTE B

### CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

##### Despacho (extracto) n.º 25 948/2007

Por despacho do presidente do Conselho Económico e Social de 29 de Outubro de 2007, foi Maria Leonor Braz Jardim nomeada definitivamente assistente administrativa especialista, escalão 1,

índice 269, do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do Conselho Económico e Social, após aprovação em concurso interno de acesso geral, considerando-se exonerada do anterior lugar à data da aceitação da nova categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Paula Agapito*.



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Direcção-Geral das Autarquias Locais

##### Contrato n.º 1052/2007

##### Contrato para o financiamento da aquisição do edifício sede da Junta de Freguesia de Alvarenga (município de Arouca)

Aos 14 dias do mês de Setembro de 2007, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, da parte da administração central, e a Junta de Freguesia de Alvarenga, representada pelo seu presidente, é celebrado um contrato de financiamento, de harmonia com o despacho normativo n.º 29-B/2001, de 6 de Julho, que se rege pelas cláusulas seguintes:

##### Cláusula 1.ª

##### Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato o apoio financeiro no montante de € 27 434,06 à Junta de Freguesia de Alvarenga para a aquisição

do seu edifício sede, cujo investimento elegível ascende a € 70 000.

##### Cláusula 2.ª

##### Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Compete à Direcção-Geral das Autarquias Locais processar a comparticipação financeira da administração central, contra a apresentação de cópia da escritura de aquisição ou contrato-promessa de compra e venda, de acordo com o valor de aquisição e o limite máximo da comparticipação atribuída.

2 — Compete à Junta de Freguesia utilizar o financiamento concedido, de acordo com a candidatura apresentada na Direcção-Geral das Autarquias Locais, bem como colocar, no local do edifício sede, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990, e no despacho n.º 8-1/97, de 27 de Fevereiro.

## Cláusula 3.ª

**Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento**

1 — A comparticipação financeira da Presidência do Concelho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos da Junta de Freguesia de Alvarenga com a aquisição do edifício sede previsto no presente contrato, no montante global de € 27 434,06.

2 — O valor da comparticipação atribuída processa-se num único pagamento.

3 — Compete à Junta de Freguesia de Alvarenga assegurar a parte da aquisição não financiada pelo contrato nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

4 — À Junta de Freguesia de Alvarenga está cometida a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada.

## Cláusula 4.ª

**Dever de informar**

As verbas que asseguram a execução do investimento previsto neste contrato são inscritas nos orçamentos da Junta de Freguesia de Alvarenga e da Presidência do Concelho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 3.ª

## Cláusula 5.ª

**Resolução do contrato**

A Junta de Freguesia de Alvarenga obriga-se a prestar à Direcção-Geral das Autarquias Locais todas as informações que esta lhe solicite relativamente ao financiamento atribuído.

## Cláusula 6.ª

**Resolução do contrato**

O incumprimento do objecto do presente contrato constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando a Junta de Freguesia a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

14 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, *Carlos Cardoso Lage*. — O Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, *Edgar Tavares Morais Soares*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Despacho n.º 25 949/2007**

Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, é renovada a comissão de serviço como directora do Centro de Estudos Judiciários da Prof.ª Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício dessas funções.

Foi ouvido o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, que emitiu parecer favorável, por unanimidade.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Curriculum vitae**

Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, filha de Octávio Cândido Rodrigues e de Maria Antónia de Almeida Barreto Pinto de Miranda Rodrigues, nasceu em Coimbra, em 5 de Dezembro de 1953.

Concluiu a licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1976, com a classificação final de 17 valores.

Em 5 de Julho de 1977, foi contratada como assistente eventual e, em Julho de 1979, como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em 11 de Dezembro de 1981, realizou, na mesma Faculdade, provas de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais, tendo obtido a classificação de *Muito bom*, com 18 valores.

Em 26 de Junho de 1995, realizou, na mesma Faculdade, provas de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais, tendo sido aprovada com distinção e louvor, por unanimidade.

Foi contratada como professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Apresentou-se a concurso para professora associada em 11 de Janeiro de 1999, tendo sido aprovada por unanimidade em reunião do júri em Outubro de 1999 e tomado posse como professora associada, de nomeação provisória, em 4 de Janeiro de 2000.

Em 10 e 11 de Março de 2005 realizou, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, provas de agregação em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi nomeada professora catedrática, 4.º grupo (Ciências Jurídicas), do quadro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por despacho de 20 de Março de 2006 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, tendo tomado posse em 6 de Abril de 2006.

No âmbito da vida universitária, pertenceu ao corpo docente do conselho directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1983-1984.

Pertenceu, ainda, ao conselho pedagógico da mesma Faculdade, nos anos lectivos de 1997-1998 e 1998-1999.

Foi presidente do conselho pedagógico nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002.

No âmbito da actividade docente, teve a regência das aulas teóricas da disciplina de Direito e Processo Penal até ao ano lectivo 2001-2002. Neste mesmo ano, iniciou a regência da disciplina de Direito Penal Europeu.

Desde o ano lectivo de 2003-2004, lecciona no mestrado de Ciências Jurídico-Criminais (Direito Processual Penal e Direito Penal Europeu).

Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa leccionou, no ano lectivo de 2006-2007, a disciplina de Direito Penal Europeu no VII Programa de Doutoramento.

Participou nos trabalhos de revisão final do Código Penal de 1982 e colaborou com a comissão encarregada de elaborar o Código de Processo Penal de 1987.

Fez parte do grupo de trabalho que elaborou o texto da Reforma Prisional de 1979.

Foi presidente da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (despacho n.º 20/MJ/96, de 30 de Janeiro, no âmbito da qual foram apresentados ao Governo dois relatórios).

Foi presidente da Comissão de Reforma da Legislação sobre o Processo Tutelar Educativo (despacho n.º 1021/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 16 de Janeiro de 1998), no âmbito da qual foram apresentados ao Governo (Dezembro de 1998) duas propostas de projectos de leis: projecto de lei tutelar educativa e projecto de lei sobre o regime penal especial relativo a jovens adultos.

Elaborou, a convite do Ministro da Justiça do XIV Governo, o projecto de proposta de lei de execução de penas e medidas privativas de liberdade (apresentado em Fevereiro de 2001).

É colaboradora permanente da *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*.

É colaboradora do Comentário Conimbricense do Código Penal, parte especial (direcção de J. de Figueiredo Dias), Coimbra, 1999.

É membro da Association Internationale de Droit Penal e da Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire.

É membro da Société Internationale de Défense Sociale, desde o ano de 2002 e secretária-geral para os Assuntos Europeus a partir da mesma data.

É membro da Associação Portuguesa de Direito Europeu, desde Novembro de 2003.

Foi membro do Conselho Superior de Assuntos Criminais (despacho n.º 76/MJ/98, de 9 de Junho).

Na qualidade de conferencista, participou em vários colóquios e seminários, apresentando comunicações e proferindo conferências.

É autora das seguintes monografias:

*A Posição Jurídica do Recluso na Execução da Pena Privativa de Liberdade* (dissertação para exame do curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra), Coimbra, 1982;

*A Determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995;

*Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária. Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização. Jurisdicionalização. Consensualismo e Prisão*. Projecto de proposta de lei de execução das penas e medidas privativas de liberdade, Coimbra Editora, 2000 (1.ª ed.), 2002 (2.ª ed.).

Em co-autoria:

*Comentário da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (Anabela Miranda Rodrigues e António Carlos Duarte-Fonseca);

*Para uma Política Criminal Europeia. Quadro e Instrumentos Jurídicos da Cooperação Judiciária em Matéria Penal no Espaço da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (com José Luís Lopes da Mota).

Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas, nacionais e estrangeiras, designadamente, de entre os mais recentes:

*Jugendstrafrecht in Europa. Portugal*. «Jugendstrafrecht in Europa», Hans-Jörg Albrecht und Michael Kilchling (hrsg), 2002;